

Texto 01

Abordagem introdutória ao conceito de interseccionalidade

Interseccionalidade: *Um conceito útil para pensar a realidade social nomeá-la.*

Vozes-mulheres

A voz de minha bisavó, ecoou criança, nos porões do navio [...] ecoou lamentos de uma infância perdida. A voz de minha avó ecoou obediência aos brancos-donos de tudo. A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta no fundo das cozinhas alheias debaixo das trouxas roupagens sujas dos brancos pelo caminho empoeirado rumo à favela. A minha voz ainda ecoa versos perplexos com rimas de sangue e fome. A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes, recolhe em si as vozes mudas caladas engasgadas nas gargantas. A voz de minha filha recolhe em si a fala e o ato. O ontem – o hoje – o agora. Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância o eco da vida-liberdade (Conceição Evaristo, 2017)



Linguista, escritora, pesquisadora docente Brasileira **Conceição Evaristo**.

Fonte: Brasil de Fato

Este é um texto escrito a muitas mãos. Nos juntamos, CapacitaSUAS/PE (Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único da Assistência Social em Pernambuco), ESFOSUAS/PE (Escola de Formação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social de Pernambuco) e Universidade Pública, a partir da Pós-graduação em Educação, Culturas e



Identidades PPGECI/UFRPE/FUNDAJ, para refletir coletivamente, dar corpo e fazer ecoar no campo da educação permanente não apenas lamentos de vidas e infâncias perdidas (poderíamos, Marielle e João Pedro que o digam), mas também, para fazer ressonância sobre a importância e urgência do “*eco da vida-liberdade*” para o campo das políticas públicas.

Neste primeiro texto, nosso primeiro contato, evidenciaremos porque compreendemos a Interseccionalidade como um conceito útil para pensar a realidade e nomeá-la. Para demonstrar os desejos e sentidos de um curso com a temática **Interseccionalidade no SUAS: Gênero, Raça e Classe Social**, nos valeremos da potência da poesia de Conceição Evaristo. Escritora, poetisa, mulher negra, pobre e periférica que carrega em si marcadores sociais da diferença, tais como gênero, classe, raça/etnia, geração, território e poder, e, em *Vozes mulheres*, nos impõe, através dos versos, o imperativo de como tais marcadores operam na produção das desigualdades sociais, se, ainda não na sociedade contemporânea, mas nas vidas e trajetórias de avós, mães e filhas.

Nascida em uma comunidade de Belo Horizonte, de uma família que tinha nove filhos, Conceição Evaristo, durante a juventude, conciliava os estudos com os trabalhos de empregada doméstica. A carreira acadêmica só foi iniciada mais tarde, quando prestou um concurso público e se mudou para o Rio de Janeiro. Conceição Evaristo nos fala sobre a história de várias gerações de mulheres que pertencem à mesma família. Ao descrever suas histórias, a partir das memórias, vai narrando uma **história de sofrimento e opressão**.

A bisavó simboliza, assim, aquelas que foram sequestradas e trazidas para o Brasil em navios. Já a avó teria vivido no período da escravidão e da obediência forçada. A geração da mãe, que trabalha como empregada doméstica, leva uma existência dura e marginalizada, mas começa a ecoar alguma revolta. Esse sentimento de **resistência** se exprime através do eu-lírico que escreve, mas ainda conta relatos de privação e violência. Contudo, o futuro reserva mudanças e a voz de sua filha, que carrega toda essa herança, escreverá uma nova história de liberdade (MARCELLA, s/d, <https://www.culturagenial.com/poemas-de-conceicao-evaristo/>)

Iniciamos este curso animadas/os com a perspectiva de que a educação tem o dever e a função de causar estranhamentos, de gerar alguns “incômodos” nos modos de ver e atuar diante da realidade. Segundo Rubem Alves o papel da educação não é somente o de ensinar coisas, porque as coisas estão nos livros, normativas, mas de provocar espanto, causar curiosidade, criar o desejo de desvelar os contextos, o avesso, de olhar através, de ensinar a pensar.



Nesta perspectiva, Conceição Evaristo em sua obra, da qual apresentamos um fragmento para dar início a este curso, apresenta, a partir de um texto literário, trajetórias vivenciadas, ou ao menos conhecidas, por muitos e muitas de nós neste país. A ficcionalidade que nos provoca, nos mobiliza, é uma ficcionalidade construída a partir da realidade de um mundo, que em geral, deveria nos provocar incômodo, incredulidade, indignação, movimento. No entanto, por serem as vozes destas mulheres, replicadas nas vozes de tantas outras, ao invés de nos provocar inquietude e repulsa, acaba muitas vezes por nos colocar “míopes” e “dóceis” alheios/as ao sofrimento destas e de tantos outros, indivíduos e famílias.

A associação entre texto literário, notícia e educação deve servir, fundamentalmente, para desestabilizar nosso pensamento (e, eventualmente, também nossos sentimentos), nos retirar da ação automática, das tentativas de buscar segurança nos enquadramentos que encobrem, suprimem, para aprender, e em alguma medida desejar, a desestabilização, o questionamento sobre nossas formas dominantes e colonizadoras de pensar, permitindo, novas conexões com o nosso estar no mundo, e com as vivências dos outros.

O desejo de trazer o tema da interseccionalidade para o centro do nosso debate, se volta para a perspectiva de que os desafios em uma sociedade como a brasileira para a efetivação dos direitos humanos são inúmeros, e se intensificam no caso de um sistema tão robusto como é o caso do SUAS em particular. Isto porque atuar para a garantia da proteção social a indivíduos e famílias, em uma sociedade e tempo histórico como o que vivenciamos, onde, parafraseando Caetano Veloso, tudo tem demorado em ser tão ruim, é muito difícil. Tão difícil ao ponto de parecer para alguns impossível, irreversível, considerando a marcha de desmonte sobre o Estado, sobre a(s) política(s), o(s) sistema(s) e quaisquer outras ações que se voltem para a defesa da vida e de “reparação” das desigualdades sociais. Além é evidente, das complexidades geradas nos mais diversos territórios resultado desse processo adoecedor de desmontes.

Com a pandemia da Covid-19, o quadro geral de precariedade, exclusão e desigualdades que marcam a história brasileira, tornou-se ainda mais preocupante e urgente, não só pelo previsível efeito letal da doença, mas também, em razão das decisões governamentais que agudizaram o problema e ampliaram os riscos da crise sanitária em curso. É preciso refletir sobre os diferentes modos de vida das famílias e indivíduos nos mais diversos territórios, seja no campo ou na cidade, e sobre o acesso aos direitos. Sobretudo, aqueles direitos fundamentais preconizados em



nossa Constituição Federal Cidadã de 1988 e os socioassistenciais fundamentados pelo Sistema Único da Assistência Social.

Descortina-se a constatação de que a crise que vivemos hoje, potencializada pela pandemia, teve impactos diferenciados sobre os segmentos populacionais. Estivemos todos e todas suscetíveis à contaminação pelo vírus, mas a vulnerabilidade foi e, ainda é, maior entre aqueles que, via de regra, têm mecanismos de proteção muito menores, porque suas vidas estão estruturalmente desprotegidas, pessoas já negligenciadas desde o nascimento, por não terem instrumentos para enfrentar este processo (ROSA, 2020).

O impasse entre isolamento social, isolamento comunitário e/ou isolamento reduzido, fez parte deste cenário, soluções pensadas no campo da gestão pública, que incidem sobre alguns corpos e territórios, potencializando suas vulnerabilidades e riscos sociais. Isto porque, para as famílias, principalmente as pobres, pretas, chefiadas por mulheres e periféricas, o não-movimento ou não circulação, via de regra impactou imediatamente as condições para sua reprodução no cotidiano na perspectiva de manter seus planos de pagar suas contas fixas, de comer, morar e/ou sobreviver e de proteger os seus integrantes, com destaque para o que identificamos em termos de violações de direitos, principalmente das crianças e das mulheres (SILVA apud MELLO, 2020).

O isolamento social para estas famílias produziu um efeito dominó, uma sensação de desmoronamento. Quando o movimento cessa e ficam os corpos confinados, as relações se intensificam de forma muito restrita – com um repertório e capacidade de responder às demandas dos cotidianos muito limitados. É o que Eliana Silva, fundadora da Redes da Maré, Rio de Janeiro, afirmou em entrevista para Kátia Mello (2020): “a letalidade ou a questão de quem vai morrer mais, quem vai sofrer mais, quem será mais atingido, vai cair sobre a favela, a periferia e sobre todas as pessoas mais empobrecidas do Brasil” (SILVA apud MELLO, 2020). E efetivamente caiu.

É neste terreno que a Covid-19 se espalhou pelo país. Desde a sua chegada no Brasil no início do ano de 2020, caiu por terra rapidamente o mito do vírus democrático – que começou pela classe média, já que a primeira morte registrada foi de uma mulher negra e periférica que trabalhava como a emprega doméstica no Alto Leblon no Rio de Janeiro, bairro com o metro quadrado mais caro da cidade. Neste sentido, a pandemia da Covid-19 não só expôs o mundo a um novo vírus como escancarou outras faces das desigualdades em um contexto de capitalismo global. A sensação de que a “normalidade” estava se desmanchando veio seguida da confirmação de que o normal em curso já era organicamente patológico e que a vulnerabilidade não chegou

com o vírus, mas como a efetivação de um processo de desmonte do Estado em curso (ROSA, 2020).



Sobre a relação da pandemia com o capitalismo global indicamos a leitura do livro: KRENAK, Ailton. A vida não é útil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 128 p.

Coronavírus mostra sua face desigual

A primeira vítima da doença no RJ foi doméstica, contaminada pela empregadora, que havia passado férias na Itália e escondeu a informação da doença. Acumulam-se os casos empregadas obrigadas a trabalhar expostas ao risco

OUTRAS MÍDIAS

DESIGUALDADES

Por aPública

Publicado 20/03/2020 às 17:42



Por Mariana Simões, na [Agência Pública](#)

No caso de Recife, em que a renda média é a terceira pior dentre as metrópoles brasileiras pelo terceiro ano consecutivo, o Relatório das Metrôpoles (2022), aponta Recife como a metrópole do país onde os pobres são mais pobres. Em 2021, a renda média dos/as brasileiros/as que vivem nas maiores cidades do país era R\$ 1.378, enquanto para a capital pernambucana a renda média estimada foi de R\$ 831,66 e nesta, entre os 40% mais pobres, a renda média foi de R\$ 104 reais. Pernambuco empata com Alagoas. Os dois estados estão atrás apenas do Maranhão (2º) e Amazonas (1º). Os dados são da Síntese de Indicadores Sociais realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anualmente.

Recife é a capital mais desigual do Brasil. Pernambuco está em terceiro lugar em desigualdade entre os estados, mostra IBGE



Cadastrado por
José Matheus Santos
Publicado em 12/11/2020 às 12:56



FOTO: FELIPE RIBEIRO/JC IMAGEM

*Mas, esta desigualdade foi e é vivenciada da mesma forma por todo mundo? Quando falamos de Recife, estamos falando que a pobreza em suas múltiplas dimensões alcança todo mundo da mesma forma?. **Obviamente que não.** Os números e índices dão corpo e materialidade para cotidianos de indivíduos e famílias, com destaque principalmente as mulheres pretas, mães solas, moradoras de periferia, dos que têm feito das ruas lugar de moradia ou de sobrevivência, que entraram na “fila dos ossos” dos “pés de galinha”, voltaram para o mapa da fome, que “ostentam” os novos cartazes deste nosso tempo, as tampas das caixas de isopor nos semáforos desta cidade multicultural.*



As expressões da pobreza e da desigualdade representam um problema sobretudo político, demandam ação no campo da política, com o protagonismo do Estado para a sua resolução. Cabe destaque a essencialidade da ação da sociedade, trabalhadores/as, movimentos sociais para politizar a presença e permanência das opressões, mas, em tempos de despolitização da vida, de desmonte e desfinanciamento do Estado, de PEC de corte dos gastos, de reformas trabalhistas e da previdência, deixemos aqui (por opção e segurança) registrado: **É problema político, demanda ação no campo da política, com o protagonismo do Estado para a sua resolução.**

Requer uma construção coletiva, que envolva muitos de “nós”: as Universidades públicas, os diversos movimentos e organizações sociais, os institutos de pesquisa e os campos mais diversos das gestões. Este exercício de olhar de “perto e de dentro”, de buscar desvelar os contextos, de buscar as explicações nos avessos, nos entremeios, de olhar através, deveria se constituir como práxis, como gramática para ver e perceber a vida em sociedade.

Neste sentido, em tempos de ataque acreditamos que refletir sobre **interseccionalidade** enquanto categoria teórica e metodológica pode nos colocar diante do nosso dever político transformado em ações do campo do fazer efetivo no enfrentamento às dimensões da pobreza e desigualdade que se materializam em vulnerabilidades, violações de direitos e acesso inexistente ou inadequado às garantias socioassistenciais das famílias e indivíduos com as quais cotidianamente estamos em atendimento, encaminhamento e/ou acolhimento.

As políticas públicas que pensam ações fora destas determinações sociais, tomando isolados aspectos como gênero, raça e /ou classe, não contribuem para o enfrentamento destas expressões da

questão social. Na verdade, funcionam no seu inverso, atuam por invisibilizar demandas reais e podem efetivamente aprofundar as desigualdades de gênero, raça e classe, entre outras opressões.

Mas, afinal o que é interseccionalidade?

O termo **interseccionalidade** nos permite compreender melhor as desigualdades e a sobreposição de opressões e discriminações existentes em nossa sociedade. Pode ser considerado como uma ferramenta analítica importante para pensarmos sobre as relações sociais de raça, sexo e classe, e os desafios para a adoção de políticas públicas eficazes.

Se interessou pelo assunto? Vem aprender sobre interseccionalidade com a gente.

Sobre o conceito

O termo interseccionalidade é um conceito sociológico preocupado com as interações e marcadores sociais nas vidas das minorias.

Através dele é possível enxergar que *em nossa sociedade existem vários sistemas de opressão – as de raça ou etnia, classe social, capacidade física, localização geográfica, entre outras-, que relacionam-se entre si, se sobrepõem e demonstram que o racismo, o sexismo e as estruturas patriarcais são inseparáveis e tendem a discriminar e excluir indivíduos ou grupos de diferentes formas.*

Mas como assim?

Para entendermos como esses sistemas de opressão têm impactos diferentes em diferentes pessoas, precisamos lembrar que existem naturalmente diversas diferenças de gênero, cor da pele, idade, altura etc entre nós. Mas muitos indivíduos ou grupos, apenas por pertencerem a essas “categorias”, são submetidos a uma série de discriminações, preconceitos e opressões, como **de classe, de gênero, de geração, de raça/etnia e de orientação sexual.**

Inicialmente o conceito debruçou-se principalmente em relação ao impacto desses sistemas de opressão sobre as mulheres negras. E graças as lutas, discussões e ativismos feministas sobre o assunto, **o conceito tornou-se importantíssimo para as ciências sociais no geral.**

Fonte: Por Julia Ignácio (2020) - Site Politize!

A primeiro registro do conceito de interseccionalidade foi no campo jurídico, por uma professora norte americana, Kimberlé Williams Crenshaw, que desenvolveu este termo no artigo, “*Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e políticas antirracistas*”, para lidar com a problemática das opressões e das desigualdades norte americanas, tentando dialogar com as questões de gênero e racial. O conceito sofreu mutações e hoje se apresenta a partir de diferentes usos e funções.

No Brasil o termo ganhou força especialmente na última década, e passou a ser utilizado nos movimentos sociais, nas redes sociais, representando uma produção muito abrangente. Talvez você tenha

vindo fazer este curso porque está vendo muitas referências ao conceito de interseccionalidade. E se perguntado, o que tem este conceito haver com o SUAS?



A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177)

Neste sentido, compreendendo a interseccionalidade como uma forma de tentar capturar dois ou mais eixos de desigualdade e/ou subordinação, aponta para a ideia de que os problemas sociais são amplos, estruturais, e de que é preciso compreender que a dinâmica destes problemas não é estática, é dinâmica, estabelece e ganha materialidade a partir das interações. Sob a perspectiva da interseccionalidade as desigualdades e subordinações devem ser percebida e enfrentadas a partir de múltiplos eixos, não só sobre o viés do patriarcado, não só sobre o viés racial, não só sobre o viés da exploração de classe, porque no cotidiano estas dimensões se articulam, múltiplos eixos articulados que geram a subordinação, que geram a hierarquia não apenas sobre as pessoas, mas também sobre grupos.

O termo pode ser compreendido a partir de vários usos e registros, enquanto conceito acadêmico para compreender as desigualdades, sejam jurídicas, econômicas, de acesso às políticas públicas, mas também podemos compreender como uma ferramenta de intervenção política. Mas esta é uma reflexão que vai ficar para os próximos textos.

Neste primeiro texto demos o pontapé inicial para a nossa reflexão, apresentamos (em linhas ainda bastante gerais) a **interseccionalidade enquanto um conceito útil para pensar a realidade social**



nomeá-la. Há muito ainda a ser dito. No nosso próximo texto a proposta é trazer para o centro do nosso debate os sentidos da interseccionalidade enquanto conceito acadêmico e político. Até breve...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, vol.10, n.1, p.171-188. 2002.

EVARISTO, Conceição. Poemas de recordação e outros movimentos. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

IGNÁCIO, Julia. O que é interseccionalidade?. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/interseccionalidade-o-que-e/?https://www.politize.com.br/&gclid=Cj0KCQjwy5maBhDdARIsAMxrkw3fO4aWEo6H9HyNTIoxKHtYHVrl8sgBhSCUp_mfF5lDs2lHQvkSlGcaAkHgEALw_wcB>. Acesso em: 05 de outubro de 2022.

MARCELLO, Carolina. 5 poemas emocionantes de Conceição Evaristo. S/d. Disponível em: <<https://www.culturagenial.com/poemas-de-conceicao-evaristo/>>. Acesso em: 05 de outubro de 2022.

ROSA, Mariana. A desigualdade é a nossa pandemia particular. Disponível em: <<https://lunetas.com.br/a-desigualdade-e-a-nossa-pandemia/>>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

MELLO, Kátia Sento Sé. Desigualdade, negligência, urgência, violência e potência na favela a partir da pandemia da Covid-19: Entrevista com Eliana Silva, fundadora da Redes da Maré, Rio de Janeiro DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social –Rio de Janeiro –Reflexões na Pandemia 2020 –pp. 1-16. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-23>. Acesso em: 15 de julho de 2020.